

## **TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020**

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR026629/2019

DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 24/06/2019 ÀS 16:05

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL:  
46473.003551/2018-05 DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA  
PRINCIPAL: 28/11/2018

SIND EMP COMP VENDA LOC ADM IMOV RESID COMERC SAO PAULO,  
CNPJ n. 60.746.898/0001-73, neste ato representado(a) por seu Vice-  
Presidente, Sr(a). BASILIO CHEDID JAFET; E

SIND.EMPR.EM EMP.COMPR VENDA LOC.ADM.IMOVEIS RES.COM.,  
CNPJ n. 01.046.380/0001-68, neste ato representado(a) por seu Presidente,  
Sr(a). CELIA SAO JOSE;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE  
TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas  
seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva  
de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-  
base da categoria em 01º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s)  
categoria(s) PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE  
COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS  
RESIDENCIAIS E COMERCIAIS, com abrangência territorial em Mauá/SP,  
Ribeirão Pires/SP, Rio Grande Da Serra/SP, Santo André/SP e São Bernardo  
Do Campo/SP.

### **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**

#### **PISO SALARIAL**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS**

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020

PISOS SALARIAIS – REGIME GERAL

Para as empresas não aderentes ao REPIS – Regime Especial de Pisos Salariais - a partir de 01 de maio de 2019, ficam estabelecidos, para a categoria profissional, os seguintes pisos salariais para admissão de empregados em jornadas de 44 (quarenta e quatro) horas semanais:

**a) R\$ 1.163,64** (um mil cento e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) mensais para os empregados exercentes das funções de mensageiro e recepcionista, correspondendo ao valor horário de R\$ 5,29 (cinco reais e vinte e nove centavos).

**b) R\$ 1.416,00** (um mil quatrocentos e dezesseis reais) mensais para os demais empregados, correspondendo ao valor horário de **R\$ 6,43** (seis reais e quarenta e três centavos).

Parágrafo Único: Os pisos salariais aqui estabelecidos serão reajustados na forma da legislação vigente.

### **REGIME ESPECIAL DE PISOS SALARIAIS - REPIS**

Com o objetivo de conferir tratamento diferenciado às Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's) conforme preconiza o inciso IX, do artigo 170 da Constituição Federal e a Lei Complementar 123/2006, e também conferir tratamento adequado às Médias Empresas, com fundamento no princípio da autonomia coletiva dos particulares, na MP 881/2019 e na lei 13.467/2017, com vistas a geração de emprego, renda e produtividade nas categorias econômica e profissional, fica instituído o Regime Especial de Piso Salarial – REPIS, que será regido pelas normas a seguir estabelecidas.

Parágrafo Primeiro: Para efeito do REPIS considera-se: Microempresa (ME) a pessoa jurídica com faixa de faturamento anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); Empresa de Pequeno Porte (EPP) a pessoa jurídica com faixa de faturamento anual até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e Média Empresa a pessoa jurídica com faixa de faturamento anual superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), independente do regime tributário e do tipo societário.

Parágrafo Segundo: Para adesão ao REPIS as empresas enquadradas na forma do caput e parágrafo primeiro desta cláusula deverão requerer ao SECOVI-SP a expedição de CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS, através de encaminhamento de formulário próprio, que deverá estar assinado por representante legal da empresa, contendo as seguintes informações e documentos:

I – Razão Social; CNPJ; Número de Inscrição no Registro de Empresas (NIRE); Capital Social registrado na JUCESP; Número de Empregados; Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); Endereço Completo; Identificação do Sócio da Empresa e do Contabilista Responsável;

II – Declaração, sob as penas da lei, de que a receita auferida no ano-calendário vigente ou proporcional ao mês da declaração permite enquadrar a

empresa como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Média Empresa no Regime Especial de Piso Salarial –REPIS;

III – Declaração, sob as penas da lei, de adesão voluntária ao REPIS e ao cumprimento do presente Termo aditivo e da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, incluindo as cláusulas de contribuições laboral e patronal relacionadas nos instrumentos.

IV - Comprovante de recolhimento das contribuições patronais e laborais vencidas até a data de adesão, de caráter retributivo das negociações da Convenção Coletiva 2018 e respectivo aditivo 2019, devidamente previstas em normas legais e estatutárias, bem como aprovadas em regulares assembleias.

Parágrafo Terceiro: A entrega dos documentos para comprovação da condição estabelecida para se enquadrar na condição de usar o REPIS será feita por meio do site do SECOVI-SP ou e-mail repis@secovi.com.br

Parágrafo Quarto: Atendidos os requisitos acima, o SECOVI-SP emitirá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis o Certificado de Enquadramento no Regime Especial de Piso Salarial – CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS – com validade coincidente com o do presente termo aditivo, que facultará a empresa praticar os pisos salariais com os valores diferenciados para os empregados contratados na validade do certificado, de acordo com a sua classificação, a saber:

REPIS FAIXA 1 (ME-EPP):

I) R\$ 1.057,85 (um mil cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) mensais para os empregados exercentes das funções de mensageiro e recepcionista, correspondendo ao valor horário de R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos).

II) R\$ 1.287,26 (um mil duzentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos) mensais para os demais empregados, correspondendo ao valor horário de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos).

REPIS FAIXA 2 (Médias Empresas):

I) R\$ 1.111,48 (um mil cento e onze reais e quarenta e oito centavos) mensais para os empregados exercentes das funções de mensageiro e recepcionista, correspondendo ao valor horário de R\$ 5,05 (cinco reais e cinco centavos);

II) R\$ 1.352,53 (um mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos) mensais para os demais empregados, correspondendo ao valor horário de R\$ 6,15 (seis reais e quinze centavos).

Parágrafo Quinto: Em se constatando qualquer irregularidade no requerimento e/ou documentação apresentada, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Sexto: A falsidade das declarações ou descumprimento do compromisso do inciso III do parágrafo 2º, uma vez constatados, ocasionará o

imediatamente o desenquadramento da empresa do REPIS, o cancelamento do certificado, sendo imputado à empresa requerente o pagamento de eventuais diferenças salariais e o cumprimento das cláusulas normativas não respeitadas, sem prejuízo do pagamento da multa por descumprimento de cláusulas normativas.

Parágrafo Sétimo: Visando proporcionar segurança jurídica para as partes envolvidas, as rescisões dos contratos de trabalho com vigência igual ou superior a 1 (um) ano dos empregados contratados com piso salarial diferenciado pelo REPIS serão assistidas pelo sindicato de trabalhadores, que poderá cobrar da empresa taxa de serviço pela assistência não superior a 10% (dez por cento) do maior piso salarial do REPIS.

Parágrafo Oitavo: Eventuais diferenças no pagamento das verbas rescisórias serão consignadas como ressalvas no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

Parágrafo Nono: Nos atos de assistência de rescisão de contrato de trabalho e para comprovação perante a Justiça do Trabalho ao direito do pagamento dos salários de menor valor, a prova do empregador se fará através da apresentação do CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS válido no período da contratação.

Parágrafo Décimo: O SECOVI-SP encaminhará ao Sindicato Profissional, no mesmo prazo do parágrafo quarto, para fins estatísticos e de verificação em procedimentos de assistência de rescisão dos contratos de trabalho, cópias dos CERTIFICADOS DO REPIS expedidos em favor de cada empresa aderente ao Regime.

Parágrafo Décimo Primeiro: As empresas que não aderirem ao Regime Especial de Piso Salarial – REPIS ou que tiverem o pedido de adesão indeferido ou, ainda, o Certificado cancelado, deverão praticar os valores dos pisos salariais estabelecidos na Cláusula “PISOS SALARIAIS – REGIME GERAL”.

Parágrafo Décimo Segundo: As empresas que contratarem empregados com os pisos salariais previstos no Parágrafo Quarto sem o CERTIFICADO DE ADESÃO AO REPIS ou com o certificado vencido ou cancelado, ficam sujeitas ao pagamento das diferenças salariais apuradas entre o valor praticado e o valor estabelecido na cláusula “PISOS SALARIAIS – REGIME GERAL”, sem prejuízo da multa prevista para descumprimento de Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Décimo Terceiro: Não será admitida a adoção do REPIS de que cuida a presente cláusula para o fim de redução salarial dos empregados com contratos já vigentes.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

## CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020

Os salários dos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, com data-base em 01 (primeiro) de maio, terão reajuste calculado sobre os salários de 01 de maio de 2018, com vigência a partir de 01 de maio de 2019, observando o quanto segue:

- a) Salários acima do piso até **R\$ 5.700,00** – reajuste de **5,07%**
- b) Salários acima de **R\$ 5.700,01** – valor fixo de **R\$ 289,00** (duzentos e oitenta e nove reais)

Parágrafo Primeiro: Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial e término de aprendizagem.

Parágrafo Segundo: Os salários dos empregados admitidos após 01 de maio de 2018 serão reajustados proporcionalmente ao número de meses trabalhados, de acordo com os seguintes critérios:

### TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Data de Admissão

Multiplicador direto acima do piso até R\$ 5.700,00

Somar para salários acima de R\$ 5.700,00 até 15/05/18	1,050700	R\$ 289,00
de 16/05/18 a 15/06/18	1,046379	R\$ 264,36
de 16/06/18 a 15/07/18	1,042075	R\$ 239,83
de 16/07/18 a 15/08/18	1,037789	R\$ 215,40
de 16/08/18 a 15/09/18	1,033521	R\$ 191,07
de 16/09/18 a 15/10/18	1,029270	R\$ 166,84
de 16/10/18 a 15/11/18	1,025037	R\$ 142,71
de 16/11/18 a 15/12/18	1,020821	R\$ 118,68
de 16/12/18 a 15/01/19	1,016622	R\$ 94,75
de 16/01/19 a 15/02/19	1,012441	R\$ 70,91
de 16/02/19 a 15/03/19	1,008277	R\$ 47,18
de 16/03/19 a 15/04/19	1,004130	R\$ 23,54
Após 16/04/19	1,000000	R\$ 0,00

Parágrafo Terceiro: As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, caso não haja tempo hábil para elaboração da folha de pagamento no próprio mês da assinatura do requerimento gerado pelo sistema mediador após a transmissão do instrumento, poderão ser pagas junto com os salários do primeiro mês seguinte sem qualquer acréscimo.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

### ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

## CLÁUSULA QUINTA - PRÊMIO DE PERMANÊNCIA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020

Os empregadores se obrigam ao pagamento mensal de um prêmio de permanência, por tempo de serviço prestado pelo empregado ao mesmo empregador, equivalente a R\$ 24,91 (vinte e quatro reais e noventa e um centavos) por ano trabalhado (anuênio), limitado ao máximo de 10 (dez) anuênios e respeitado o direito adquirido daqueles que tenham atingido patamar superior a esse limite. Esse prêmio incidirá no cálculo das horas extras mensais, 13º salário, indenização, integral ou parcial, e depósitos fundiários

Parágrafo primeiro - A partir da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020 (01/05/2018), o valor constante do último recibo de pagamento do empregado, correspondente ao prêmio de permanência (anuênio) ficará congelado, assegurado o direito adquirido ao empregado até a data do último pagamento, não havendo a partir de então a acumulação de novos anuênios.

### OUTROS ADICIONAIS

## CLÁUSULA SEXTA - ABONO DE PERMANÊNCIA

Os trabalhadores contratados a partir da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020 (01/05/2018), após 02 anos de efetivo serviço para a mesma empresa, passam a ter direito ao abono mensal de permanência no valor equivalente a **R\$ 24,91** (vinte e quatro reais e noventa e um centavos) por ano trabalhado, limitado ao máximo de 10 (dez) ABONOS.

Parágrafo Único: O Abono de Permanência de que trata esta cláusula, na forma da Lei 13.467/2017, não tem natureza salarial, não integra a remuneração do empregado, não se incorpora ao contrato de trabalho e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, fundiário e previdenciário, bem como não se acumula com o "Prêmio de Permanência" (anuênio).

### AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

## CLÁUSULA SÉTIMA - CESTA BÁSICA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020

Os empregadores concederão a seus empregados, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, uma cesta básica no valor de **R\$ 233,35** (duzentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).

Parágrafo Primeiro: É facultado ao empregador cumprir a obrigação estabelecida na presente cláusula mediante uma das seguintes alternativas, em conformidade com a legislação vigente:

- a) vale-cesta ou
- b) ticket refeição no mesmo valor da cesta ou
- c) aquisição da cesta básica para entrega direta ao empregado.

Parágrafo Segundo: Ficam respeitadas as condições mais benéficas ao empregado.

Parágrafo Terceiro: O benefício previsto nesta cláusula deverá ser concedido aos empregados (as) por ocasião das férias, da licença maternidade, do auxílio doença e do acidente de trabalho, sendo que nos últimos dois casos, por período de até 6 (seis) meses.

### **AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ**

#### **CLÁUSULA OITAVA - COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO**

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020

Durante os primeiros noventa dias do afastamento do empregado, a empresa lhe concederá, a título de complementação, uma cesta básica no valor de R\$ 233,35 (duzentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).

#### **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

#### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

#### **CLÁUSULA NONA - CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE**

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020

O empregado contratado no regime de trabalho intermitente, considerando a não continuidade e a alternância entre períodos de prestação de serviços e de inatividade, serão garantidas exclusivamente as seguintes condições previstas nesta convenção:

Data-base; Pisos salariais - hora; Reajuste salarial; Comprovantes de pagamento; Descontos em folha de pagamento; Descanso Semanal Remunerado; Horas Extras; Abono de Permanência; Adicional Noturno; Trabalho em domingos e feriados; Indenização por morte e invalidez

permanente - se em serviço; Auxílio Funeral – se em serviço; Rescisão; Demissão por justa causa; Aviso Prévio; Documentos; Trabalho aos sábados; Férias coletivas ou individuais; Uniforme; Contribuição Assistencial dos Empregados; Oposição do Empregado; Penalidades; Intervalo para refeição; Arbitragem; Aplicação da Lei 13.467/2017.

Parágrafo Único: As demais condições constantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive o vale transporte e a cesta básica, serão convertidas em “Ajuda de Custo” no valor de **R\$ 24,91** (vinte e quatro reais e noventa e um centavos), por dia efetivamente trabalhado, cujo pagamento deverá ser efetuado no prazo avençado para pagamento da remuneração pelo trabalho

## **RELAÇÕES SINDICAIS**

### **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL PATRONAL**

**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020**

A presente cláusula é inserida na convenção coletiva de trabalho em conformidade com a sentença proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região nos autos do Procedimento Pré-processual Nº 001014 PP 28/2019

Considerando o disposto no artigo 7º, XXVI e artigo 8º, incisos II, IV e VI da Constituição Federal de 1988; a alínea “e”, do artigo 513 da CLT; as Notas Técnicas nº 2 e 3 da CONALIS (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho), bem como os artigos 2º, II e VII e art. 3º, II do Estatuto Sindical e ainda as deliberações da categoria econômica das empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis, especificamente convocada para a Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de março de 2019, que aprovaram e autorizaram a cobrança da Contribuição Assistencial/Negocial de todas as empresas integrantes da categoria econômica que se beneficiam da negociação coletiva entabulada pelo sindicato patronal, fica estabelecido o seguinte:

Parágrafo Primeiro - Os empregadores recolherão ao Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo - SECOVI-SP uma Contribuição Assistencial/Negocial em 2 (duas) parcelas equivalentes ao valor de 1/30 (um trinta avos), incidente sobre o total das folhas de pagamento corrigidas dos meses de **JULHO de 2019e DEZEMBRO DE 2019**, inclusive dos funcionários em férias durante esse mês, ou mesmo em parte do referido mês, para



recolhimento em favor do SECOVI-SP até **26 de julho de 2019 e 26 de dezembro de 2019.**

Parágrafo Segundo - Os boletos bancários referentes à mencionada contribuição assistencial/negocial serão remetidos aos empregadores pelo SECOVI-SP, podendo ainda ser obtidos no site [www.secovi.com.br/contribuicoes/emissao-guia-assistencial](http://www.secovi.com.br/contribuicoes/emissao-guia-assistencial), cujo recolhimento deverá ser feito na rede bancária oficial.

Parágrafo Terceiro - O não recolhimento da contribuição prevista pela presente cláusula acarretará multa de 10% (dez por cento), atualização monetária e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS E FORMA DE ARRECADAÇÃO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020

A presente cláusula é inserida na convenção coletiva de trabalho em conformidade com a sentença proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região nos autos do Procedimento Pré-processual Nº 001149 PP 29/2019.

Ficam os empregadores obrigados a descontar em folha de pagamento, de seus empregados integrantes da categoria, uma contribuição assistencial equivalente a 1,0% (um por cento), calculada sobre a remuneração mensal, a título de solidariedade e retribuição pela representação sindical, sob pena de multa de 2% mais juros de mora de 0,5% ao mês, sobre o débito.

Ficam os empregadores obrigados a repassar a contribuição assistencial ao Sindicato Profissional, mediante depósito em conta bancária, ou em guia própria, ou de acordo com o procedimento indicado pelas entidades sindicais.

A contribuição assistencial é destinada a contraprestação aos Sindicatos, pelos serviços prestados de representatividade sindical, de defesa dos interesses dos integrantes das categorias econômicas e profissionais, e de atuação nas campanhas salariais e nas

negociações coletivas, para o alcance da melhoria das condições sociais dos trabalhadores e adequação empresarial setorial negociada.

No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da implantação do reajuste da categoria e ou das condições de trabalho e emprego, e ou adequação setorial empresarial, alcançadas por negociação coletiva, o integrante da categoria que não queira contribuir e se beneficiar da norma coletiva, poderá apresentar a sua expressa manifestação, ao Sindicato Profissional e à Empresa, pessoalmente, por escrito e com identificação de assinatura legíveis.

Parágrafo unico: Para o recolhimento da Contribuição Assistencial a Empresa utilizar-se-á de guia própria disponibilizada pelo Sindicato através do Site " [www.sindimoveisabc.org.br](http://www.sindimoveisabc.org.br) "pagável na rede bancária autorizada até o vencimento, preferencialmente, junto ao Banco Itaú S.A.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OPOSIÇÃO DOS EMPREGADOS**

**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2019 a 30/04/2020**

Em caso de oposição do empregado ao pagamento da contribuição, deverá a mesma ser exercida pessoalmente, por escrito, na Sede do Sindicato na Avenida Industrial, n º 780 - 18º andar - Sala 1803 - Bairro Jardim - Sano André - SP.

**BASILIO CHEDID JAFET**

**Vice-Presidente**

**SIND EMP COMP VENDA LOC ADM IMOV RESID COMERC SAO PAULO**

**CELIA SAO JOSE**

**Presidente**

**SIND.EMPR.EM EMP.COMPRA VENDA LOC.ADM.IMOVEIS RES.COM.**